

# Comemorar a nação: o centenário da Independência do Brasil e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional

Commemorating the nation: the centenary of Brazil's independence and the construction of Rio Grande do Norte's place in the national memory

Bruno Balbino Aires da Costa<sup>1</sup>

bruno.aires@ifrn.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3538-182X>

---

**Resumo:** Em 7 de setembro de 1922, o Brasil comemorou o centenário de sua Independência. Em vários recantos do país foram tocados hinos, proferidos discursos e organizadas efemérides com o intuito de rememorar o passado nacional. Alguns estudos se dedicaram a problematizar as comemorações em torno do centenário da Independência do Brasil, especialmente no eixo Rio-São Paulo. A fim de contribuir para o debate, o presente artigo tem como objetivo analisar como se deu a trama da comemoração do centenário da Independência do Brasil no estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente em sua capital, Natal, identificando os agenciamentos políticos e as construções das narrativas acerca do passado da nação e do estado. Para a consecução deste trabalho, examinaram-se diversas fontes históricas de natureza variada, tais como documentos oficiais, revistas de Institutos Históricos, discursos oficiais, dentre outras. Submeteram-se esses documentos históricos à análise historiográfica, identificando as condições de possibilidade das mencionadas fontes, bem como problematizando os discursos e os sentidos produzidos pelos seus interlocutores. Ao final do trabalho, constatou-se que a comemoração da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte foi uma agência do governo do estado e dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, interessados em construir um lugar para o estado na memória nacional.

**Palavras-chave:** comemoração, centenário da Independência do Brasil; Rio Grande do Norte, memória nacional.

**Abstract:** On September 7, 1922, Brazil commemorated the centenary of its independence. In various corners of the country, hymns were played, speeches were given, events were organized with the aim of remembering the national past. Some studies were dedicated to the questioning of the commemorations around the centenary of the Independence of Brazil, especially in the Rio-São Paulo axis. In order to contribute to the debate, this article aims to analyze the plot of the commemoration of the centenary of Brazil's the Independence in the state of Rio Grande do Norte, more specifically in its capital, Natal, identifying the political agencies and the constructions of narratives about the nation's and the state's past. In order to carry out this work, several historical sources of a varied nature were examined, such as official documents, journals of Historical Institutes, official speeches, among others. These historical documents were submitted

---

<sup>1</sup> Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, campus Canguaretama. 160 BR-101, S/N - Areia Branca, Canguaretama – RN

to a historiographic analysis, identifying the conditions of possibility of the mentioned sources, as well as problematizing the discourses and meanings produced by their interlocutors. Concluding, it was found that the commemoration of Brazil's Independence in Rio Grande do Norte was an agency of the state government and the members of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, interested in building a place for the state in the national memory.

**Keywords:** commemoration, centenary of the Independence of Brazil, Rio Grande do Norte, national memory.

## Introdução

O centenário da Independência foi o acontecimento histórico mais celebrado em todo o Brasil, pelo menos até os anos 20. A fim de comemorá-lo, autoridades políticas, associações literárias e instituições civis e militares promoveram, em várias cidades espalhadas pelo país, desfiles cívicos, missas campais, sessões solenes, inaugurações de monumentos em homenagem aos heróis da Independência etc.

O Brasil se preparou para a sua maior festa cívica, e isso não passou despercebido pela recente historiografia brasileira. A dissertação de mestrado de Marly Silva da Motta intitulada "A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência" (1991) e a tese de doutorado de Noé Freire Sandes "A invenção da nação entre a Monarquia e a República" (1997) são exemplos de estudos dedicados, entre outras coisas, a investigar os significados políticos e identitários da engenharia comemoracionista em torno do centenário da emancipação brasileira. Apesar de partirem de problemáticas diferentes, ambos os trabalhos refletiram, de certo modo, acerca dos usos políticos do passado, especialmente de como as autoridades do regime republicano se utilizaram de certa leitura do passado monarquista para, ao mesmo tempo, recompor a memória nacional e legitimar a própria República. Nesse sentido, os trabalhos de Mary da Motta (1991) e Noé Sandes (1997) foram fundamentais para a compreensão da topografia de interesses e das estratégias políticas que gravitaram em torno da organização das comemorações dos 100 anos da Independência do Brasil. Contudo, os trabalhos supracitados se dedicaram apenas às celebrações que ocorreram no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mais precisamente em suas respectivas capitais. Desse modo, uma pergunta se faz necessária: de que maneira as comemorações do centenário da Independência se deram em outros espaços, ou melhor, em outros estados brasileiros? Que tipo de leitura do passado da nação foi feita em outras unidades federativas do país, tão distantes do eixo Rio-São Paulo, por exemplo, o Rio Grande do Norte?

Com o escopo de contribuir para o debate, o presente artigo tem como objetivo analisar como se deu

a trama da comemoração do centenário da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte, identificando os agenciamentos políticos e as construções das narrativas acerca do passado da nação e do referido estado.

## O começo de tudo: o IHGB e a comemoração do centenário da Independência do Brasil

A comemoração dos cem anos da emancipação política da nação já havia sido cogitada desde o final do século XIX. Em 1898, o então conselheiro Manuel Francisco Corrêa havia proposto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a elaboração de um projeto para a comemoração do centenário da Independência do Brasil (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922a, p. 571). Entretanto, a ideia começou a ganhar força apenas em 1914, na ocasião da primeira sessão do Congresso de História Nacional, quando o sócio Afonso Arinos lançou a proposta de realizar um simpósio internacional de História da América como contribuição para a comemoração do centenário do 7 de setembro de 1822. A proposição foi unanimemente aprovada na sessão seguinte pelos sócios da agremiação e, logo em seguida, ficou decidido que o IHGB entraria, imediatamente, em contato com todos os países da América para que, em cada um deles, fosse estabelecida uma comissão executiva, a qual estaria subordinada à Comissão central a ser nomeada pelo presidente do Instituto (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1915, p. 123).

Entre 1915 e 1922, a comissão executiva reuniu-se sistematicamente para definir a organização do evento como um todo e os termos do regulamento geral do Congresso que deveria ocorrer na semana alusiva ao centenário da Independência do Brasil, isto é, de 7 a 15 de setembro. A realização do certame, durante o festejo nacional, revestia-se de uma gama de significados. A partir da comemoração dos cem anos da emancipação política da nação, ensinava-se evidenciar um destino histórico comum entre o Brasil e os seus vizinhos americanos. Em seu

discurso de instalação do Congresso, proferido na sessão solene do IHGB, no dia 8 de setembro de 1922, o conde de Afonso Celso ressaltou o conjunto de similaridades históricas entre os países da América e o Brasil: “[...] povos cuja história, na era precolombiana, na colonização, nas lutas da Independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira. Dahi, identidade também de interesses e aspirações” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922b, p. 44)<sup>2</sup>. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, essa iniciativa representava um marco na trajetória da agremiação, uma vez que se ultrapassava a própria perspectiva da memória nacional forjada no interior do IHGB ao longo do século XIX, “que estabelecia os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira somente enquanto herança européia” (1997, p. 222). É interessante frisar que, no final dos anos 10 e início da década de 20 do século XX, logo após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), os padrões culturais do “Velho Continente” estavam em crise. A Europa já não oferecia o modelo de civilização para o mundo, que até então se procurava imitar no século XIX. Tal condição contribuiu para repensar os próprios referenciais identitários até então vigentes no Brasil e na América.

As repúblicas latino-americanas já não se constituíam como as grandes inimigas externas da nação brasileira, tampouco eram consideradas detentoras da barbárie, conforme era concebida por parte da historiografia brasileira oitocentista, especialmente aquela produzida pelos sócios do IHGB (Guimarães, 1988, p. 7). No século XIX, essa historiografia definia a nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização nos trópicos, uma figura oposta aos vizinhos das ex-colônias da América espanhola que haviam conduzido a sua experiência histórica emancipatória em conformidade com a forma republicana de governo. A suposta nação civilizada e monárquica, fundada à sombra da tradição iluminista europeia, tinha como “outro” as repúblicas latino-americanas. As concepções que nortearam os trabalhos publicados nos “Anais do Congresso Internacional da História da América” e os intelectuais diretamente envolvidos na promoção do certame representaram uma ruptura com esse tipo de leitura. Doravante, a nação brasileira e os seus vizinhos americanos passaram a ser concebidos como povos que partilhavam experiências históricas semelhantes e que possuíam um destino comum – não é à toa a ideia surgida no evento de se escrever uma “História Geral da América”. Essa forma de percepção era uma tentativa de formação de uma consciência comum entre os países da América, como afirmara o secretário do IHGB, Max Fleiüss, em seu

relatório anual apresentado ao IHGB em 1922 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922b, p. 582). Isso significa dizer que a comemoração do centenário da emancipação política do Brasil era uma grande oportunidade de mostrar, simbolicamente, os laços identitários entre o Brasil e os seus pares do novo continente.

Além da realização do “Congresso Internacional da História da América”, os sócios do IHGB organizaram a publicação do “Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil” (DHGEB) como parte integrante da comemoração do centenário do “glorioso anno de 1822” (Galvão, 1922, p. 5). Na sessão do dia 28 de agosto de 1915, os sócios Edgar Roquette-Pinto e Max Fleiüss apresentaram à mesa diretora uma proposta para organização de um dicionário cujo volume primeiro pudesse ser publicado no dia 7 de setembro de 1922 (Acta da Quinta Sessão Ordinaria, 1915, p. 726). Conforme Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o DHGEB destinava-se ao público leigo, voltando-se para a vulgarização do conhecimento acerca do Brasil, a exemplo do que já havia ocorrido na França, com a publicação do *Le Grand Dictionnaire Universel du Siècle XIX*, editado por Pierre Larousse (2007, p. 95). Considerado pelo secretário Max Fleiüss como um esforço intelectual e patriótico, o agenciamento do “Diccionario” insere-se no contexto da reafirmação do sentimento cívico e do culto à nacionalidade, tão em voga no pós-Guerra (Guimarães, 2007, p. 95). Nesse sentido, a proposta era organizar um conjunto de conhecimentos básicos sobre o Brasil que “os *bons brasileiros* deveriam dominar sobre a Pátria” (GUIMARÃES, 2007, p.96). Para atingir esse objetivo, o IHGB nomeou uma comissão, dirigida por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, composta por Augusto Tavares de Lyra, Antonio F. de S. Pitanga, Aurelino de A. Leal, Antonio Olyntho dos S. Pires, Laudelino Freire, Henrique Morize, Afrânio Peixoto, dentre outros, todos sócios do IHGB (Galvão, 1922, p. 5).

Em 23 de junho de 1917, a comissão começou sua tarefa, tratando de organizar modelos e questionários que servissem de guia para o escrutínio de informações em vários lugares do país. Em linhas gerais, os questionários deveriam compreender quatro seções: história, geografia, etnografia e biografia, ficando cada uma destas a cargo de um membro da comissão diretora. Os questionários e os modelos foram largamente distribuídos pelas unidades federativas da República por meio da remessa feita aos governadores e prefeitos, juizes de direito, promotores públicos, bispos diocesanos, vigários de freguesias, além dos sócios dos institutos históricos estaduais. Nesses questionários, pediam-se “dados seguros e autênticos” sobre os

<sup>2</sup> Gostaria de esclarecer que, em todo o trabalho, mantive a grafia original das fontes com o intuito de preservar a cor local do período em que os documentos foram produzidos.

acidentes geográficos, as características etnográficas e as informações históricas dos estados e dos seus municípios com o intuito de prestar informações e “notas fidedignas” destinadas à confecção dos artigos do “Diccionario” (Galvão, 1922, p. 6). O IHGB intentava preparar uma grande enciclopédia do Brasil esquadrinhando cada parte da nação a fim de que se soubessem os conhecimentos básicos sobre o todo. Todavia, para alguns membros da comissão, como o sócio Eurico de Goes, fazia-se necessário divulgar em vários estados da federação o empreendimento e a metodização das informações requeridas pelos questionários.

No projeto inicial do “Diccionario”, apresentado em 20 de junho de 1919 ao Ministro do interior, Urbano Santos, e a todos os governadores dos estados, via telegrama, planejava-se dividi-lo em duas partes: um primeiro volume, denominado de “Introdução geral”, devendo conter informações sintéticas sobre o Brasil e os estados, constando de capítulos que tratassem acerca da história, da geografia, da etnografia e dos homens notáveis; e um segundo volume, dedicado aos chamados “artigos especiais”, dispostos em ordem alfabética, acerca dos municípios brasileiros. Para isso, a comissão diretora conclamava a presidência da República e os governadores dos estados para assistirem a instituição nessa “obra de indiscutível interesse nacional e regional” (Guimarães, 2007, p. 96).

No caso do Rio Grande do Norte, não se tem o conhecimento se o até então governador do estado, Joaquim Ferreira Chaves, conseguiu atender, satisfatoriamente, ao pedido da comissão diretora do DHGEB. Sabe-se, ao menos, que nas edições de 1919 e de 1920-1921 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) publicou em sua revista o modelo do questionário a ser enviado às autoridades públicas das cidades do Rio Grande do Norte e que algumas destas o responderam (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1919). É bem provável que os prefeitos ou intendententes dos municípios do estado não tenham conseguido ou não se interessaram em responder os questionários remetidos pela comissão diretora do “Diccionario”. Essa situação não foi específica do Rio Grande do Norte. Os resultados do inquérito foram insuficientes em várias outras unidades federativas do país (Guimarães, 2007, p. 99). As palavras de Ramiz Galvão refletem o desapontamento quanto à situação: “[...] em quasi dois annos de constante trabalho, não corresponderam todavia ás suas esperanças; faltavam-nos de muitos e muitos pontos do vasto territorio brasileiro as minuciosas e completas informações solicitadas e indispensaveis” (1922, p. 6). A incompletude dos dados e a emergência de organizar e publicar o “Diccionario” a tempo da comemoração do centenário do 7 de setembro levaram a diretoria a dar um outro rumo à estrutura da obra.

Em 1922, publicaram-se apenas dois volumes do DHGEB: o primeiro, dedicado à “Introdução geral”, contendo monografias completas sobre o Brasil, e o segundo compreendendo os seguintes estados: Amazônia, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. É importante destacar que, até a publicação dos dois volumes do DHGEB em 1922, apenas esses sete estados contavam com monografias completas, as quais atendiam aos requisitos da comissão diretora. É por esse motivo que as demais unidades federativas ficaram de fora da publicação de 1922, devendo ser contempladas em outros volumes do “Diccionario” a serem publicados *a posteriori* – o que nunca ocorreu.

O primeiro volume tratou das mais variadas informações sobre o Brasil, tais como população, localização geográfica, clima, fauna, flora, economia, geologia, organização social e política do país, etc. Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a heterogeneidade de temas acerca da nação cumpria o papel de uma obra informativa, “propiciando ao leitor leigo um panorama geral do país no início dos anos 1920” (2007, p. 100). O segundo volume, assim como o primeiro, trouxe informações mais gerais, como população, flora, fauna, limites geográficos, instituições civis e militares, bacias hidrográficas, organização política, administrativa e econômica, etc., no entanto remetendo exclusivamente aos estados. É imperioso mencionar que, adstrita às notícias mais gerais, reservou-se um espaço dedicado à síntese da história das unidades federativas e ao perfil biográfico dos seus patrícios ilustres. No caso do Rio Grande do Norte, o capítulo ficou a cargo do ministro potiguar e sócio do IHGRN e do IHGB Augusto Tavares de Lyra, que se utilizou dos seus escritos anteriores sobre a história do seu estado para compor a parte referente à mencionada unidade federativa.

Entre 1903 e 1921, Augusto Tavares de Lyra já contava com vários textos publicados nas revistas do IHGRN e do IHGB sobre a história política do Rio Grande do Norte. Além disso, o intelectual norte-rio-grandense havia publicado textos mais longos, os quais se transformaram em livros, a saber: “O Rio Grande do Norte em 1911” (1912); “A colonização do Rio Grande do Norte” (1914); “Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte” (1918); e “História do Rio Grande do Norte” (1921). Ademais, Tavares de Lyra tinha ao seu dispor uma ampla gama de documentos, colhidos ainda no início do século XX, quando o historiador perscrutou os arquivos públicos do Rio de Janeiro para defender o Rio Grande do Norte na questão de limites com o Ceará (cf. Costa, 2017). Com uma ampla produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte e contando com um pecúlio documental, Augusto Tavares de Lyra prontificou-se a escrever a síntese da história do estado para o “Diccionario”, além de fornecer informações mais gerais sobre o seu torrão.

No que diz respeito à parte histórica do capítulo desenvolvido por Tavares de Lyra, é perceptível a constituição de uma narrativa cronológica e linear, com forte ênfase na descrição dos eventos da história política do Rio Grande do Norte. Em linhas gerais, Augusto Tavares de Lyra reforçou a memória construída pela historiografia norte-rio-grandense do final do século XIX e início do XX, a qual ele mesmo ajudou a elaborar. Em sua síntese narrativa, os personagens já consagrados pela historiografia norte-rio-grandense, como Mascarenhas Homem, Jerônimo de Albuquerque, Felipe Camarão, Miguelinho, André de Albuquerque Maranhão e Pedro Velho, foram novamente destacados como sendo os patrícios ilustres do Rio Grande do Norte, os quais conduzem os acontecimentos memoráveis do estado e da nação. Ademais, reforça-se a narrativa dos chamados “massacres” de Cunhaú e Uruaçu como uma forma de mostrar a contribuição do Rio Grande [do Norte]<sup>3</sup> na resistência contra o domínio holandês, colocando os “mártires norte-rio-grandenses” como tipologias dos patriotas brasileiros do passado e as suas mortes como evidências do sentimento de nacionalidade do Brasil. Coloca-se em suspeição as possíveis contribuições dos holandeses no Rio Grande do Norte, resumindo a estadia neerlandesa na capitania à rapinagem e à violência (Lyra, 1922, p. 548).

Augusto Tavares de Lyra salienta também o papel do Rio Grande do Norte na tradição republicana da nação. O historiador assinala o lugar do estado na memória republicana do país, tanto no passado, com os considerados “heróis norte-rio-grandenses de 1817”, André de Albuquerque e Frei Miguelinho, como também no presente, especialmente em relação ao papel de Pedro Velho, seu sogro, na Proclamação da República no estado. Além dos eventos considerados célebres, já trabalhados em textos anteriores, Augusto Tavares de Lyra tratou dos pontos obscuros da memória do Rio Grande do Norte, como a conquista do interior da capitania e a revolta dos índios do sertão no século XVIII (Lyra, 1922, p. 616).

Escrever uma síntese da história do Rio Grande do Norte no “Dicionário” era uma maneira de evidenciar o estado no conjunto geral da nação. Partindo do pressuposto de que o DHGEB tinha como alvo o grande público, narrar os acontecimentos do Rio Grande do Norte dentro dos limites dessa obra era uma oportunidade de mostrar a contribuição do estado em várias experiências históricas do país, em outras palavras, assinalar o seu lugar no discurso hegemônico da memória nacional.

A despeito de estar incompleto e não contar com as monografias de outros estados, o DHGEB cumpriu o

objetivo ao qual se propôs: levantar o maior número de informações possíveis acerca do Brasil e dos seus estados. Daí a urgência do IHGB em publicá-lo na ocasião do centenário da independência política do país. Todavia, o DHGEB não foi o único instrumento desenvolvido pelo IHGB para tratar sobre o Brasil. Decerto, o “Dicionário” tocava em questões mais abrangentes que iam desde os aspectos naturais até os elementos etnográficos do país. Contudo, os sócios do IHGB promoveram um expediente específico para tratar da história do Brasil, ou melhor, do acontecimento da emancipação política do país. Para a realização desse empreendimento, o IHGB publicou, em 1922, um tomo especial contendo uma série de conferências alusivas ao evento sob o título “O ano da Independência”.

Alguns sócios do IHGB distribuíram entre si alguns temas concernentes ao 7 de setembro de 1822. Fixou-se uma cronologia em torno da Independência do país, registrando-se os fatos em seus detalhes, com o escopo de instituir a historicidade ao referido acontecimento histórico (Sandes, 2000, p. 87). Consoante Noé Freire Sandes, alguns personagens históricos foram reabilitados, como Dom Pedro I e José Bonifácio (2000, p. 88). Em relação ao Imperador, os membros do IHGB “passam ao largo de sua tumultuada vida pessoal, e pouca importância é atribuída ao 7 de abril, momento de sua abdicação” (Sandes, 2000, p. 88). Quanto à figura de José Bonifácio, houve um empenho em recuperar a sua imagem, “um tanto combatida por críticas provenientes de um historiador do porte de Varnhagen” (Sandes, 2000, p. 88). Com efeito, o tom elogioso à contribuição de José Bonifácio para a Independência do Brasil foi disseminado em todo o evento comemorativo ao centenário de 1822. No artigo de Pedro Calmon intitulado “O papel de José Bonifácio em nossa Independência”, publicado no volume III dos “Anais do Congresso Internacional de História da América”, ficam claros a centralidade e o protagonismo do personagem: “José Bonifácio é a única personalidade, cuja figura austera se enquadra completamente na moldura auri-verde de 1822” (1922, p. 150). Nesse sentido, José Bonifácio é considerado o credor da alma brasileira, o dirigente do movimento emancipacionista, cuja presença foi decisiva em todos os acontecimentos anteriores e posteriores à independência.

Em seu artigo “Cem anos de Independência, 1822-1922”, Max Fleiüss também reforçava o protagonismo e a direção de José Bonifácio na obra da emancipação do país, o qual personificou historicamente os acontecimentos históricos que levariam, inevitavelmente,

<sup>3</sup> Coloquei [do Norte] entre colchetes para referir-me ao momento da capitania. Considero anacrônico tratar a capitania do Rio Grande como Rio Grande do Norte, uma vez que essa menção se deu a posteriori.

à ruptura política com a monarquia lusa: “no momento preciso em que foi desferido o grito heroico do Ypiranga, esse alguém só se compreende que seja José Bonifácio, justamente cognominado o PATRIARCA da INDEPENDENCIA” (1922, p. 83).

O número especial da revista de 1922 parece ter seguido o mesmo conjunto de interpretações disseminadas nos artigos do Congresso. Segundo Noé Freire Sandes, os conferencistas analisaram o movimento da Independência do Brasil retomando as teses tradicionais sobre o evento, até então esboçadas pela própria historiografia produzida pelo IHGB nos anos oitocentos (2000, p. 88). Isso significa dizer que a tese da Independência como um marco da história do país e sua especificidade no conjunto geral dos países americanos, justamente por ser conduzida pela Monarquia ou pelos personagens históricos a ela associados, como José Bonifácio, o qual garantiu a preservação da unidade territorial, foi retomada pelos textos publicados em comemoração ao centenário da nação independente. Passados cem anos, o Instituto reforçava a velha tradição oitocentista, construindo “a nação a partir da ação dos nossos ‘pais fundadores’, neles procurando os elementos norteadores da história pátria” (Sandes, 2000, p. 89).

## O centenário da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte

Além de cariocas, paulistas, mineiros e tantos outros, os norte-rio-grandenses também festejaram o centenário da Independência do Brasil. O Rio Grande do Norte participou ativamente dos festejos comemorativos ocorridos no Rio de Janeiro, aos quais foram enviados vários potiguares para representar o estado nos diversos congressos lá realizados.

Em 1922, o Rio Grande do Norte estava em festa. A maior parte das cidades do estado havia desenvolvido atividades cívicas em comemoração ao centenário da Independência do país (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922). Entretanto, a maior concentração dos festejos comemorativos e a programação oficial do estado ocorreram em sua capital, Natal.

Para dar provas do patriotismo e da “vitalidade” dos cidadãos norte-rio-grandenses, em 1920, o então governador do Rio Grande do Norte, Antônio José de Mello e Souza, dirigia-se ao Congresso Legislativo estadual pedindo uma quantia de dinheiro para subsidiar os festejos alusivos aos cem anos da nação – o que foi concedido mediante a lei n° 490, de 1 de dezembro daquele ano (Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da Segunda Sessão da Undécima Legislatura em 1° de novembro de 1922, 1922, p. 6).

Segundo o governador, inicialmente, o recurso serviria para a construção de um monumento em homenagem à “data gloriosa” e às festas populares. Contudo, o crédito estendeu-se para a realização de algumas obras urbanísticas em Natal, bem como para a compra de fogos de artifício, custeio da iluminação e da ornamentação da praça Sete de Setembro e do auxílio às associações, às escolas operárias e aos jornais – todos esses empreendimentos visando à celebração dos cem anos do 7 de setembro. O propósito era preparar a capital para a comemoração do centenário, apresentando-a com aspectos de uma cidade higienizada e bela.

Assim como o Rio de Janeiro (cf. Motta, 1992), Natal deveria figurar-se nas efemérides do Centenário como uma cidade ajustada aos sinais da modernidade e do progresso. Às vésperas dos festejos nacionais, fazia-se necessário para as autoridades públicas continuar as obras de remodelação, higienização e embelezamento da cidade, em andamento desde o começo do século XX (cf. Arrais, 2009). Em 19 de julho de 1922, o governador nomeou uma comissão, composta por José Lagreca, Francisco Cascudo e José Ferreira de Souza, para a concretização do empreendimento (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 59). Em questão de meses, a comissão ordenou o asseio das ruas da capital, a reforma de alguns jardins, o reparo de trechos de calçamento e a construção de outros, além de contar com a colaboração dos habitantes que “renovaram a pintura das suas casas e fizeram outros melhoramentos com o mesmo fim” (Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na Abertura da Segunda Sessão da Undécima Legislatura em 1° de novembro de 1922, 1922, p. 11). O intento era deixar a capital asseada e bela para receber os ornamentos finais para a celebração. Em setembro de 1922, a capital do estado estava preparada para a festa.

O governador, Antônio José de Mello e Souza, responsabilizou-se diretamente pela garantia do apoio financeiro e da estrutura material para que a celebração dos cem anos da Independência do Brasil pudesse ocorrer em Natal. No entanto, a organização geral do evento não ficou a cargo do governo. O IHGRN foi convocado e patrocinado pelo poder público do estado para organizar a programação dos festejos. Desde 1916, os sócios da agremiação já haviam se reunido para discutir a elaboração de um trabalho que assentasse as bases e as iniciativas a serem desenvolvidas na ocasião da comemoração do centenário da emancipação política do Brasil (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 15). A proposta lançada pelo consócio José Augusto, na sessão extraordinária de 10 de setembro de 1916, foi aprovada unanimemente, decidindo o presidente do IHGRN, Pedro Soares, que seria organizado,

posteriormente, um plano de trabalho para a realização da celebração do centenário do 7 de setembro. Todavia, a programação dos festejos só foi concluída quatro meses antes da celebração. Até 1921, o IHGRN ainda não havia sido incumbido, oficialmente, pelo governador e consócio da agremiação, Antônio José de Mello e Souza, para organizar as bases da programação da comemoração dos cem anos da emancipação política do país. A convocação oficial só veio em janeiro de 1922, restando alguns meses para que o IHGRN definisse o programa dos festejos.

A celebração foi organizada contendo as seguintes atividades: alvorada, missa campal, préstito cívico, inauguração de monumento, cinema campal, torneios esportivos, sessão solene, etc. Essas atividades foram distribuídas ao longo da chamada “Semana da Pátria”, ocorrida entre os dias 3 e 10 de setembro de 1922. Cada dia recebeu um título próprio, contendo uma programação específica que foi conduzida por um determinado segmento da sociedade, conforme a tabela abaixo:

Um primeiro elemento a ser destacado na tabela diz respeito à pluralidade de instituições dos mais diver-

**Tabela 1** – Programação da Comemoração do centenário da Independência do Brasil em Natal (1922)

Título	Atividades realizadas	Coordenação/patrocínio
<b>Dia da colonização (3 de setembro)</b>	Visita à <i>Fortaleza dos Reis Magos</i> ; Torneios náuticos no estuário do rio Potengi; Natação; Festa veneziana.	Autoridades públicas; IHGRN; Capitania do porto; Comissão fiscal e empresa contratante das obras do porto de Natal; Conselho superior dos esportes náuticos; Centro náutico do Potengi; Sport Club de Natal; Colônia de pescadores; Agentes da companhia de navegação.
<b>Dia da prosperidade (4 de setembro)</b>	Exposição dos produtos regionais.	Associação comercial; Associação dos empregados no comércio; Proprietários e gerentes das fábricas e diretores das estradas de ferro.
<b>Dia da força (5 de setembro)</b>	Concurso de tiro ao alvo.	29º Batalhão de Caçadores; Escola de aprendizes de marinho; Batalhão de Segurança; Esquadrão de cavalaria; Tiro de guerra; Reservistas da marinha, escoteiros, etc.
<b>Dia das artes (6 de setembro)</b>	Festival literário e concerto musical.	Centro polimático; Natal Club; Associação de professores; Sociedades literárias e artísticas e imprensa local: <i>A República</i> , <i>A Imprensa</i> , <i>A Opinião</i> , <i>A Notícia</i> , <i>Jornal do Norte</i> .
<b>Dia da pátria (7 de setembro)</b>	Alvorada, missa campal, préstito cívico, inauguração do monumento da Independência, inauguração do novo palácio da municipalidade de Natal e cinema campal.	Governo do Estado; Intendência municipal de Natal; IHGRN.
<b>Dia do trabalho (8 de setembro)</b>	Festas dos operários e torneios de esportes.	Associações operárias e do “pessoal das fábricas”; Clubes de futebol: América, ABC, Centro esportivo, etc.
<b>Dia do futuro (9 de setembro)</b>	Torneios, formaturas, representações.	Grupos escolares: Atheneu, Escola Normal, Escola Doméstica, Grupo escolar Frei Miguelinho, Escola profissional do Alecrim, Colégio Diocesano Santo Antônio, Escola de artífices, Escola de comércio, etc.
<b>Dia da história (3 de setembro)</b>	Cinema campal e sessão magna do IHGRN	IHGRN.

sos matizes envolvidos na organização e na realização do evento. A celebração dos cem anos da Independência foi planejada a partir da participação ampla dos setores sociais do Rio Grande do Norte. Essa questão fica nítida no seguinte trecho do discurso do governador Antônio José de Mello e Souza, pronunciado na Assembleia Legislativa estadual em 1922: “De todas as classes, disse, porque realmente, para honra do Rio Grande do Norte, nenhum recusou a sua contribuição moral, ninguém se desinteressou e todos se esforçaram para o brilho da comemoração” (Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na Abertura da Segunda Sessão da Undécima Legislatura em 1º de novembro de 1922, 1922, p. 7). Como se pode perceber, o propósito era celebrar a nação, possibilitando uma espécie de fraternidade entre os grupos constituintes da sociedade. O Brasil, ou um certo Brasil, estava em festa, mas o Rio Grande do Norte estava passando por um momento conturbado em sua vida política e social.

As elites políticas do estado estavam em cisão na passagem dos anos de 1910 para a década de 1920. Em 1919, o governador do Rio Grande do Norte, Joaquim Ferreira Chaves, rompeu formalmente com o grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, especialmente com Augusto Tavares de Lyra e Alberto Maranhão, que até então se destacava por ser a principal oligarquia a governar o estado desde a instalação da República (Spinelli, 2010, p. 50). Decerto, desde o primeiro ano do seu governo, em 1914, Ferreira Chaves já havia começado a dismantlar a estrutura político-administrativa organizada por Alberto Maranhão (Souza, 2008, p. 278-280). No entanto, o estopim da ruptura política deu-se em virtude da não inclusão do nome de Paulo Maranhão, cunhado de Tavares de Lyra e sobrinho de Alberto Maranhão, na chapa para deputados estaduais orquestrada pelo governador para as eleições de 1918. Em represália à atitude de Ferreira Chaves, o grupo formado por Tavares de Lyra, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, João Lyra, Afonso Barata e Georgino Avelino passou a fazer uma oposição ferrenha ao governador.

Ao se aproximar o pleito eleitoral de 1919, o grupo contra Ferreira Chaves fundou o jornal “A Opinião” em contraposição à imprensa situacionista representada pelos jornais “A República” e “A Imprensa”. Durante o ano eleitoral, os dois grupos protagonizaram uma verdadeira batalha de desconstrução política, atacando, pessoalmente, a biografia dos seus adversários, trocando violentos insultos e “revelando, às vezes, episódios do passado político do Rio Grande do Norte que a maioria da população desconhecia” (Souza, 2008, p. 287). Essas disputas políticas ocorridas no cenário político do estado em 1919 permitiram a configuração de um episódio interessante

na história da historiografia norte-rio-grandense. Nesse mesmo ano, o governador Ferreira Chaves encomendara a Rocha Pombo a escrita de uma obra que tratasse da história do Rio Grande do Norte. O historiador paranaense não tinha qualquer relação com o estado ou com o governador, mas gozava de certo prestígio intelectual; afinal de contas, havia escrito uma das principais obras sobre a História do Brasil publicadas no início do século XX. Até onde foi pesquisado, não se encontrou qualquer menção de Ferreira Chaves tratando dos motivos que o levaram a escolher Rocha Pombo para escrever a história do Rio Grande do Norte. Talvez o renome nacional do intelectual paranaense e a sua distância em relação ao cenário político do Rio Grande do Norte tenham determinado a predileção pelo seu nome. Não obstante o desconhecimento acerca dos critérios de escolha do referido historiador, sabe-se que a encomenda estava diretamente relacionada às disputas políticas com Augusto Tavares de Lyra.

Descontente com a atitude de Ferreira Chaves em preferir o seu cunhado Paulo Maranhão da chapa de deputados do partido, Augusto Tavares de Lyra escreveu uma carta aberta aos seus amigos e correligionários do Rio Grande do Norte em 20 de dezembro de 1918 – vindo a ser publicada apenas no ano seguinte. Em um tom assaz crítico ao que ele chamou de “ditadura partidária e à autoridade administrativa de Ferreira Chaves”, Augusto Tavares de Lyra manifestava seu inconformismo com a postura política do governador e o seu desligamento da vida partidária do estado. Diante da repercussão da carta do seu antigo aliado político, Ferreira Chaves publicou, em 1919, um pequeno texto respondendo aos comentários de Augusto Tavares de Lyra. Nesse panfleto, Ferreira Chaves expunha também alguns eventos ocorridos no interior do núcleo político dos Albuquerque Maranhão, do qual fez parte durante muitos anos. Para todos os efeitos, os bastidores da vida política do Rio Grande do Norte estavam escancarados, instaurando uma verdadeira tensão entre os personagens políticos do estado. Com vistas a atingir o genro de Pedro Velho, Ferreira Chaves encomendara a obra a Rocha Pombo. Segundo Tavares de Lyra, o governador, “dominado pelo espírito partidário”, resolveu retirar dele o título de primeiro historiador do estado (1952, p. 20).

Em 1918, Tavares de Lyra já havia publicado o primeiro volume de sua obra “Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte”. Conforme o intelectual norte-rio-grandense, depois de publicado o primeiro volume em 1918 – o projeto inicial era escrever cinco volumes –, não o animava o propósito de escrever uma história completa do Rio Grande do Norte (Lyra, 1952, p. 20). Todavia, o seu plano inicial foi modificado ao saber que Rocha Pombo fora convidado pelo governador Ferreira Chaves para escrever a história do estado. Ao ser informado dessa situação, Augusto Tavares de Lyra reuniu seus trabalhos

sobre a história Rio Grande do Norte, anteriormente publicados nas revistas do IHGB e do IHGRN, adicionando novos comentários. É válido destacar que nesse ínterim Tavares de Lyra já havia sido solicitado pela Comissão executiva do DHGEB para escrever a parte referente ao estado do Rio Grande do Norte no DHGEB. Com um número significativo de informações, anotações e documentos, Tavares de Lyra acabara de finalizar a sua obra, intitulada “História do Rio Grande do Norte” em 1920, que foi publicada em 1921. Um ano depois, na ocasião do centenário da Independência do Brasil, Rocha Pombo publicou sua “História do Estado do Rio Grande do Norte”, sob os auspícios do governo do estado.

A produção das duas histórias do Rio Grande do Norte no início dos anos 20 era um reflexo das disputas políticas que estavam ocorrendo no estado desde 1919. Antigos aliados estavam em lados opostos, apoiando candidatos diferentes no pleito daquele ano. Para as eleições de 1919, o grupo de oposição apoiou a candidatura de João Dionísio Filgueira para governador, enquanto Ferreira Chaves sustentava o candidato escolhido pela convenção do Partido Republicano Federal (PRF), Antônio José de Mello e Souza, antigo aliado político dos Albuquerque Maranhão. Apropriando-se dos mesmos expedientes de captação de votos empregados pelo grupo familiar dos Albuquerque Maranhão em eleições passadas, Ferreira Chaves impôs uma vitória acachapante aos candidatos da oposição, os quais não conseguiram ganhar em nenhum município.

Eleito por uma margem significativa de votos, Antônio José de Mello e Souza teve a difícil incumbência de recompor o cenário político do estado, esfacelado com a cisão intraoligárquica. A comemoração do centenário da Independência do Brasil foi uma oportunidade de resolver as desavenças políticas.

Em um trecho do seu discurso de inauguração do monumento à Independência, proferido em 7 de setembro de 1922, o governador eleito conclamava os cidadãos norte-rio-grandenses para desprezar a política das competições e dos interesses pessoais, o que, segundo ele, caracterizava as nações decadentes (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 141). Em vez de divisões políticas, tão alastradas no meio político nacional e estadual, o governador recém eleito alertava para a solidariedade entre os grupos e as boas qualidades provenientes dos valores patrióticos. Para ele, a comemoração do centenário era uma oportunidade de desfazer as injúrias políticas e as intrigas mesquinhas em favor do engrandecimento do Brasil.

A comemoração do centenário da Independência do Brasil era uma oportunidade de reforçar os laços de fraternidade e de solidariedade não só entre os grupos políticos do estado. Não é sem razão que a efeméride

tenha sido considerada uma demonstração da harmonia de todos diante da Pátria (Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na Abertura da Segunda Sessão da Undécima Legislatura em 1º de novembro de 1922, p. 7). Todavia, não era somente a classe política norte-rio-grandense que estava cindida.

Na passagem dos anos de 1910 para a década de 1920, eclodiram greves no estado, especialmente em Natal, colocando em tensão os setores produtivos e a classe trabalhadora (Souza, 2008, p. 134-144). É muito sugestiva a presença desses dois mundos na mesma celebração, conforme se vê na supracitada tabela. É aqui que opera, mais uma vez, o universo simbólico da comemoração. A partir dela se quer promover a comunhão entre os entes mais opostos da sociedade:

*Nenhum de nós se lembrará neste momento de que é rico ou pobre, poderoso ou fraco, nem cogitará das pequenas ou das grandes mesquinhas, que enchem a trama do nosso viver quotidiano; mas, pensará somente em que somos filhos de uma grande pátria, para celebrar com entusiasmo o primeiro século da sua independência. Esqueçamos por ora o egoísmo e os odios, a ambição e os interesses, a fim de nos podermos erguer, unidos e solidários, á altura desse puro e nobre sentimento do patriotismo, que é e será sempre o mais poderoso da grandeza das nacionalidades. Levantemos os corações! (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 137-138).*

Esse excerto do discurso do governador Antônio J. Mello e Souza, pronunciado por ocasião da inauguração do monumento à Independência, ocorrida no dia 7 de setembro de 1922, demonstra como a comemoração da “grande pátria” é colocada como o elemento agregador e identitário que faz unir as diferenças. Comemorá-la é, portanto, pensado como um ato coletivo, solidário e patriótico. Essa percepção é típica da própria constituição simbólica e semântica das festas cívicas modernas, as quais reforçavam, recorrentemente, a sociabilidade mediante o fomento de afetividades coletivas (Catroga, 2005, p. 248). O ritual comemorativo estabelece uma dupla comunhão: entre o passado e o presente e entre os diferentes grupos sociais (Ankersmit, 2002). Como se pode perceber no excerto acima, a comemoração é considerada uma forma de lembrar a todos a grandeza do país, no caso, a sua Independência, mas também uma maneira de oportunizar o esquecimento e apaziguar os interesses em conflito. Isso faz parte daquilo que o historiador português Fernando Catroga chamou de *ação anamnética*, isto é, uma certa política da memória, presente nas festas cívicas da moder-

nidade, com o seu consequente esquecimento, interessado em socializar uma dada leitura do passado como memória histórica e nacional (2005, p. 252). Desse modo, apesar das diferenças, dos ressentimentos e das tensões entre os homens de negócios e as classes trabalhadoras, a comemoração é posta como uma experiência que congrega a todos em torno da ideia do pertencimento à *Pátria*, do espírito patriótico e da identidade nacional (Ankersmit, 2002, p. 26-27). A comemoração torna possível a comunhão entre o “dia da Prosperidade” e o “dia do Trabalho”. É por esse motivo que os sócios do IHGRN inseriram no ritual comemorativo um espaço para que todos os grupos sociais, até mesmo os mais antagônicos, pudessem orbitar, conjuntamente, como membros de uma comunidade nacional assentada em uma memória histórica comum.

A organização da comemoração dos cem anos da Independência da nação, dividida em dias, nos quais cada representação da sociedade se fazia presente, produziu uma rede de significados que articulou um lugar comum para todos os que comemoraram, sejam homens de negócios ou operários.

Outro elemento que chama atenção na tabela supracitada é o propósito pedagógico-cívico da organização da “Semana da Pátria”. A disposição do ritual comemorativo em dias, organizados por instituições distintas em que cada uma abordava uma determinada atividade específica, visando à rememoração da Independência do Brasil, demonstra o interesse dos sócios do IHGRN em tornar o ato comemorativo um evento pedagógico no sentido de ensinar aos norte-rio-grandenses do presente o passado comemorado, funcionando como uma espécie de “rito móvel da história” (Catroga, 2005, p. 128). A celebração dos cem anos da emancipação política da nação é uma forma não apenas de construir e/ou reforçar um dado discurso sobre o passado, mas também de sugerir uma interpretação sobre ele. Dois dias da “Semana da Pátria” demonstram claramente esse intento: o “dia da colonização” e o “dia da pátria”.

O “dia da colonização” inaugurou os festejos do centenário da Independência. O primeiro ato comemorativo iniciou-se com a visita de vários representantes da sociedade natalense à Fortaleza dos Reis Magos, “ponto inicial da conquista portuguesa, de que nos libertámos, ha um século” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 25). Nessa visita, o governador, Antônio J. Mello e Souza, inaugurou uma lápide, fixando-a em uma das paredes do Forte, com os seguintes dizeres: “Os cidadãos de Natal, no primeiro Centenario da Independencia da Patria, vieram em romaria a este velho baluarte de luctas gloriosas render homenagem aos antepassados colonizadores e batalhadores, que contribuíram para a formação do grande Brasil” (Revista do Instituto

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 250-251). A visita ao Forte e a colocação de uma lápide comemorativa nesse edifício, simbolicamente associado à conquista europeia<sup>4</sup>, conferiram uma rede de significados à celebração. Nada mais sugestivo e pedagógico do que começar a comemoração da emancipação do país visitando o suposto “marco fundador” e colonizador da capitania e fixando uma lápide que constrói o entendimento de que os colonizadores contribuíram para a construção da “Pátria”.

Iniciar a comemoração dos cem anos da Independência do Brasil com o “dia da colonização” já sugere uma leitura da história. Assim como a narrativa da memória histórica nacional inicia-se com o período colonial, o IHGRN propositadamente começa a celebração remontando “os primórdios da nação”. Ao discursar na sessão solene do Instituto realizada em 10 de setembro de 1922, no “dia da história”, Manoel Dantas explicava ao seu auditório o propósito do “dia da colonização”: “O Rio Grande do Norte, estava na obrigação de dar uma significação especial à comemoração do Centenário” (1922, p. 188). Em outras palavras, o “dia da colonização” era uma forma de evidenciar a especificidade do Rio Grande do Norte no conjunto geral da celebração do centenário da Independência da nação. Qual seria a particularidade do Rio Grande do Norte? Manoel Dantas responde: “Ha presumpções bem fundadas que foi o nosso solo o que primeiro pisaram, em terras da America do Sul, os navegadores anteriores a Cabral” (1922, p. 188).

A tese de que o Rio Grande do Norte foi o primeiro lugar a ser visitado pelos europeus era veiculada pelos sócios do IHGRN desde o final do século XIX e início do XX.<sup>5</sup> Estes consideravam que a origem do Brasil se encontrava no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o discurso de Manoel Dantas reforçava ainda mais a tese. O orador oficial não para por aí; ele acrescenta: “Por outro lado, quando as capitanias começaram o seu trabalho de colonização, o Rio Grande do Norte foi, por muito tempo, o extremo limite do território do Nordeste aberto à civilização” (Dantas, 1922, p. 188). Há um esforço por parte de Manoel Dantas de mostrar o pioneirismo do Rio Grande do Norte não só na “descoberta do Brasil”, mas também no processo colonizador. Para ele, esses dois elementos assinalavam “uma certa originalidade nas festas do Centenário, nas quaes deveriam commemorar o passado, o presente e o futuro” (1922, p. 188). O Rio Grande do Norte seria o berço do Brasil, e por essa razão as comemorações do centenário deveriam salientar esse aspecto. Em outras palavras, o Rio Grande do Norte seria

o Brasil antes mesmo do Brasil. É válido destacar que esse empreendimento de evidenciar o papel do estado na memória nacional não era monopólio dos intelectuais norte-rio-grandenses. Nos anos 20, os homens do saber de vários lugares do país construíram narrativas que evidenciavam as especificidades de seus respectivos estados na construção da memória histórica da nação. Com efeito, o “dia da colonização” era uma oportunidade dos sócios do IHGRN para reforçar a particularidade do Rio Grande do Norte no conjunto geral do Brasil.

No “dia da colonização”, associaram-se os primeiros tempos da nação ao 7 de setembro. Ao explicar a razão do “dia da colonização” como parte integrante do ritual comemorativo, Manoel Dantas afirmava que o “espírito de independência” havia se manifestado no Brasil desde os primeiros tempos da conquista (1922, p. 188). Segundo o orador oficial do IHGRN, o “espírito de independência” dos primeiros colonos poderia ser identificado nas lutas pela defesa do território da “Pátria” contra os seus invasores (Dantas, 1922, p. 188). O Forte dos Reis Magos era um marco dessa luta dos colonizadores para preservar o território brasileiro do domínio de outros povos. Mais uma vez, o Rio Grande do Norte teria contribuído significativamente para a nação: “Em relação, especialmente ao Rio Grande do Norte, o que somos, como parte da nação brasileira, devemos a nós mesmos porque, não fora o esforço da nossa gente, talvez não passassemos hoje de uma colonia franceza” (Dantas, 1922, p. 188).

O “dia da colonização” era um ensejo oportuno para construir o elo entre os primeiros tempos da nação e o 7 de setembro, o que reforçaria a ideia de que os antepassados já guardavam o interesse em ver a nação liberta. Dessa forma, evidenciar a presença do “espírito de independência” antes da emancipação era uma maneira de naturalizá-la, mostrá-la como um anseio da nação que atravessaria o tempo. Além disso, era uma forma de salientar os primórdios do “espírito de independência” entre os primeiros norte-rio-grandenses. Iniciar os festejos nacionais visitando o Forte dos Reis Magos era um claro exercício de rememoração do passado, uma vez que o monumento representava, ao mesmo tempo, o marco inicial da conquista do Rio Grande [do Norte] e a defesa do território da “Pátria”, manifestação do “espírito de independência” contra as constantes ameaças dos chamados “invasores”. Esse discurso não deixa de ser contraditório, tendo em vista que o Forte dos Reis Magos fora construído no contexto da União Ibérica (1580-1640), o que significa dizer que sua fundação esteve atrelada às ações oficiais

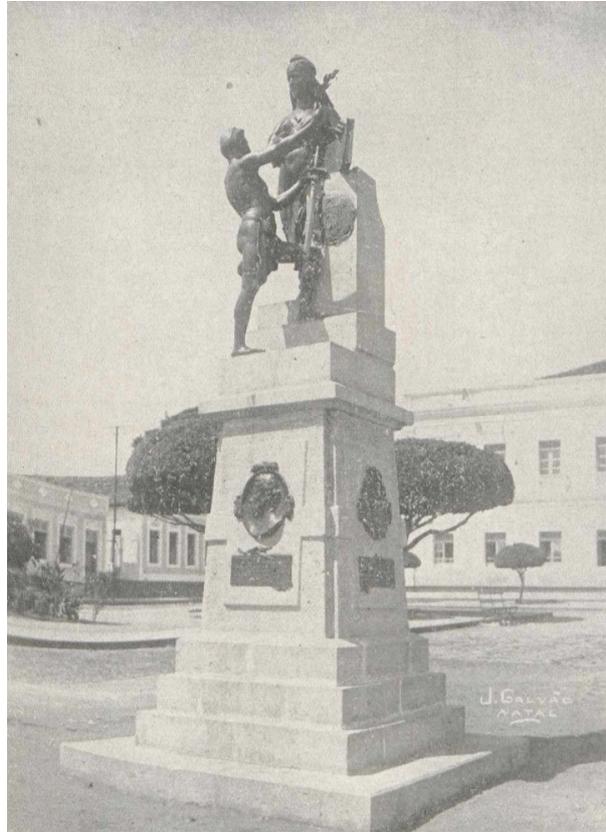
<sup>4</sup> O Forte dos Reis Magos foi inaugurado em 6 de janeiro de 1598. A instalação do Forte deu início ao processo de conquista da capitania do Rio Grande.

<sup>5</sup> O sócio Alberto Maranhão, em seu “Ensaio Histórico sobre o Rio Grande do Norte” (1899), afirmava que os espanhóis já haviam visitado as terras da capitania do Rio Grande antes mesmo da chegada dos portugueses. Outro sócio do IHGRN, Luiz Fernandes Sobrinho, também chegara à mesma conclusão em seu artigo “O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses”, publicado na revista do IHGRN em 1903.

advindas não da coroa portuguesa, mas de Castela. Silenciada essa contradição, o “dia da colonização” evidenciava a especificidade do Rio Grande do Norte no quadro geral da nação, assinalando o seu papel na Independência. Se o “dia da colonização” marcou o início da celebração do centenário da Independência no Rio Grande do Norte, o “dia da pátria” caracterizou-se como o seu ponto áureo.

Realizado em 7 de setembro, o “dia da pátria” compreendeu as atividades principais dos festejos: alvorada, missa campal, préstito cívico, inauguração do monumento da Independência, discurso oficial, etc. Nesse dia, esteve presente uma parcela significativa da população da capital do estado. A festividade começou às 5 da manhã com alvoradas e salvas em todos os bairros e subúrbios da cidade, terminando às 20 horas com os fogos de artifício na praça André de Albuquerque (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 40-42). A maior concentração de homenagens no “dia da pátria” deu-se na ocasião da inauguração do monumento à Independência. A construção do monumento foi encomendada pelo governador, Antônio José de Mello e Souza, ao escultor Bibiano Silva e o pedestal foi montado pelo arquiteto italiano Miguel Micussi. O monumento foi erigido na Praça 7 de Setembro e inaugurado no dia 7 de setembro de 1922.

Medindo 5 metros e 50 centímetros, o monumento foi feito de granito e bronze, consistindo de duas figuras alegóricas sobre pedestal e de quatro medalhões em cada uma de suas faces. A figura principal é de uma mulher, simbolizando a jovem República brasileira, a qual aponta ao povo as datas de 7 de setembro de 1822 e 7 de setembro de 1922, inscritas no livro de História. O braço esquerdo da mulher sustenta o livro sobre um bloco de granito, no qual se vê o escudo do Rio Grande do Norte. Como se pode perceber, os elementos dessa primeira figura alegórica reúnem um universo simbólico que tem como centro a República, colocada acima do monumento, e as datas alusivas à Independência do Brasil e à comemoração do seu centenário. Em uma relação associativa, a memória da emancipação política do país, representada pelas duas datas, é apropriada pela memória republicana, figurada pela mulher. O livro de História é posto como parte integrante dessa construção simbólica, uma vez que a esse saber é facultada a rememoração dos dois eventos, os quais o povo deve lembrar e que a República manda guardar – não é por acaso que a jovem mulher aponta para o livro. A História aparece aí como uma rememoração do passado, um imperativo do dever da memória, uma história-memória (cf. Nora, 1993). Fechando esse primeiro elemento alegórico, no livro de História está também o escudo do estado, o que demonstra a participação do Rio Grande do Norte na rememoração dos cem anos da Independência



**Imagem 1** – Monumento da Independência instalado na Praça 7 de Setembro. Acervo do IHGRN

do Brasil e, conseqüentemente, o seu lugar na elaboração da memória nacional.

A outra figura é representada por um homem em atitude de ascensão que avança até a jovem República e oferece-lhe o ramo de louro, símbolo da vitória, “que conseguiu pela Força, que a espada descansando á sinistra lembra, e pode ser invocada a qualquer instante em defeza própria” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 255). Em torno da figura do homem repousa a ideia da virilidade da conquista, o emprego da força, e não da diplomacia, e do esforço dos antigos colonizadores em construir a nação, mantendo-a longe do perigo dos estrangeiros e do separatismo. No discurso de inauguração do monumento, o governador Antônio José de Mello e Souza ressalta esses elementos da força e da luta dos colonizadores e de suas respectivas vitórias em prol da formação de uma “Pátria” “com vasto território e com imensos recursos materiaes”, na qual se manteve “o colossal organismo político bastante solido para resistir a luctas externas, a tendencias separatistas e a mudanças de forma de governo” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p.

138-139). As lutas dos antepassados (representadas pela figura do homem) garantiram a vitória da nação (figurada pela mulher). Essa disposição imagética do monumento acaba por reforçar uma leitura e, portanto, uma semântica totalmente assentadas nas bases do patriarcalismo, atribuindo ao gênero masculino o papel de agente da virilidade, da força que conduz à ação e à história, restando ao feminino a representação da pátria e da humanidade (cf. Carvalho, 1990).

Além das duas figuras alegóricas, o monumento contém quatro medalhões de bronze. Em cada um deles, há uma inscrição específica. No medalhão dedicado ao padre Miguelinho havia a seguinte inscrição: “7 de setembro de 1822 – 7 de setembro de 1922. Primeiro Centenario da Independencia da Patria. Aos que trabalharam e a fizeram.” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 256). O medalhão de Miguelinho demonstra o interesse em estabelecer uma associação entre a figura do padre, considerado o herói norte-rio-grandense da Revolução de 1817, com o evento da Independência do Brasil. Em torno do padre Miguelinho e da Revolução de 1817 foi construída uma série de discursos que os colocavam como expressões da defesa da República e do movimento de independência nacional. É importante salientar que a presença da figura de Miguelinho no monumento faz parte do processo de *republicanização* da memória do país, em curso desde os primeiros momentos da proclamação (Rodrigues, 2014, p. 2). O ardor republicano, nos anos iniciais do novo regime, levou muitos intelectuais, inseridos, sobretudo, nos institutos históricos, a eleger os heróis da tradição republicana do país (Gomes, 2009; Oliveira, 1989). Desse modo, para os homens de letras do estado, a figura do padre Miguelinho evidenciaria o lugar do Rio Grande do Norte na tradição de vanguarda republicana, bem como na memória histórica da nação. A proposta do medalhão é apresentar o padre Miguelinho como a representação daqueles que haviam lutado pela emancipação política do Brasil. No entanto, frei Miguelinho não foi o único a dar nome aos medalhões.

Dom Pedro I e José Bonifácio foram também escolhidos para nomear outros dois medalhões. A eleição desses personagens fez parte do processo de recomposição da memória nacional nos anos 20, o qual reabilitou alguns vultos do Império até então esmaecidos pela historiografia brasileira do século XIX. Nesse sentido, o monumento coloca em evidência os “dois heróis da Independência nacional”, D. Pedro I e José Bonifácio, e o “herói norte-rio-grandense” frei Miguelinho, reunindo-os em uma espécie de panteão. Nos medalhões referentes a D. Pedro I e José Bonifácio havia inscrições escritas em latim, como no monumento inaugurado em 1917, em homenagem

ao centenário do martírio de Miguelinho, contendo, respectivamente, os seguintes dizeres: “O Rio Grande do Norte, fortalecido pela lucta contra a natureza e amparado pelo vigor dos seus filhos, será sempre um pequeno, mas incansavel operario da união e da grandeza da Patria” e “Sejam quaes forem os teus cuidados, quer o infortunio te atormente, quer a felicidade te elève, terás sempre a Patria ante os olhos; por ella darás a tua intelligencia, as tuas forças e até a vida” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 256-257). As duas inscrições versam sobre a relação entre o Rio Grande do Norte e o Brasil, tomando como referência os dois principais personagens da Independência do país. Afirma-se nelas o compromisso do estado com a nação. Cada uma delas traz uma associação com o personagem do seu medalhão. Na inscrição referente a D. Pedro I, destaca-se o empenho do Rio Grande do Norte na união da Pátria, um significado vinculado diretamente à memória construída em torno do papel do primeiro Imperador na garantia da preservação da unidade territorial do Brasil. Analogamente, a inscrição do medalhão de José Bonifácio reforçava o compromisso do Rio Grande do Norte em defender a nação, tendo-a sob os olhos, participando de perto do seu destino. As duas inscrições associam, propositadamente, a memória dos dois personagens ao comprometimento do Rio Grande do Norte com a nação.

O último medalhão tem uma particularidade. Não se trata de nenhum personagem histórico vinculado à memória da Independência do Brasil. Demarca e explicita diretamente o papel do estado na preservação da memória nacional: “Pelo voto do Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte e sendo Governador Antonio José de Mello e Souza foi erigido este monumento” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 256). Os personagens do presente contribuem com a rememoração do passado. O estado se coloca como parte integrante do próprio rito de rememoração. A inserção dessa inscrição em um dos medalhões do monumento assinala o lugar do estado na promoção da memória histórica no Rio Grande do Norte. A construção do monumento à Independência atende a esse fim. Ademais, lembra aos cidadãos do presente o dever de memória e o dever cívico. Essa compreensão é nítida no discurso do governador Antônio José de Mello e Souza proferido na ocasião da inauguração do referido monumento:

*Que este modesto monumento seja para nós, não somente a homenagem á gloria da patria e á memoria daquelles que nol-a deram, mas o marco inicial de um novo caminho, a inauguração de uma nova era de esforço, de trabalho e de patriotismo. Que a nós do Rio Grande do Norte esta figura soberana aponta mais*

*ainda o futuro que o passado; lembre-nos o dever de amar a pátria e de servir-a por todos os meios, estudando as letras ou cultivando a terra, empunhando a ferramenta nas oficinas, ou as armas si para os combates forem precisas (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1922, p. 143).*

O dever de memória e o amor à Pátria, novamente, são colocados como imperativos aos homens do presente. O monumento não é considerado apenas uma homenagem à nação. Mais do que isso, ela inaugura um novo caminho para a Pátria tomando como referência o passado. O discurso de Antônio José de Mello e Souza é um sintoma do seu tempo presente. Os anos de 1920 foram assaz conturbados e prechos de novas possibilidades. Para o governador, nesse processo de construção do futuro, cabe ao Rio Grande do Norte reafirmar o seu comprometimento com o Brasil, servindo-o e devotando-lhe o seu sentimento pátrio. A presença do monumento era uma forma de lembrar aos cidadãos norte-rio-grandenses do papel do Rio Grande do Norte no passado da nação, mas também sua importância para a construção de um novo país.

## Considerações finais

Em grande medida, a comemoração do centenário da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte foi um agenciamento empreendido pelo Estado em parceria com o IHGRN. Os discursos proferidos na inauguração do monumento à Independência e na sessão solene do Instituto Histórico afirmavam o interesse por parte das autoridades públicas e dos sócios da agremiação em atestar a cultura cívica dos filhos norte-rio-grandenses. A celebração dos cem anos da Independência da nação era uma oportunidade de evidenciar o dever cívico-patriótico do estado e o seu lugar na memória nacional. Era uma oportunidade também de desfazer as desavenças políticas internas. É por essa razão que os discursos proferidos na ocasião da efeméride apelavam para a fraternidade e solidariedade entre os seus cidadãos, que deveriam abrir mão dos seus interesses políticos particulares em prol da comunidade nacional.

Em síntese, comemorar o centenário era uma homenagem à nação, mas também uma forma de lembrar aos cidadãos norte-rio-grandenses o lugar do estado na construção da memória histórica do país.

## Fontes

ACTA da Quinta Sessão Ordinária em 23 de agosto de 1915. 1915. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 78, Parte II.  
CALMON, Pedro. 1922. O papel de José Bonifácio em a nossa Inde-

pendência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial, volume 3.

- DISCURSO do Dr. Manoel Dantas, na Sessão Magna do Instituto Histórico, a 10 de setembro, Dia da História. 1922. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Volume 19, números 1 e 2.
- FLEIÜSS, Max. 1922. Cem anos de Independência, 1822-1922. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial, volume I.
- GALVÃO, Ramiz. 1922. Apresentação. In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil* – Introdução Geral. Primeiro Volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- LYRA, Augusto Tavares de. 1952. Recordando tempos idos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, volumes 48-49.
- MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo do Estado na Abertura da Segunda Sessão da Undécima Legislatura em 1º de novembro de 1922 pelo Governador Antonio J. de Mello e Souza. Natal, Typografia Commercial – J. Pinto & C. p. 6. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em: 08/12/2016 às 18:24.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 1919. Volume XVII, números 1 e 2.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 1922. Volume XIX, números 1 e 2.
- SEGUNDA e Última Sessão Plena em 15 de setembro de 1914. 1915. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial.
- SESSÃO Magna Comemorativa da Fundação do Instituto em 21 de outubro de 1838, Realizada em 28 de outubro de 1922. 1922a. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 92, volume 146, Parte II.
- SESSÃO Solemne de Instalação do Congresso Internacional de História da América, em 8 de setembro de 1922. 1922b. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo especial, volume I.

## Referências

- ANKERSMIT, Frank. 2002. Commemoration and National Identity. *Textos de História*, 10(1/2):15-40.
- ARRAIS, Raimundo. 2009. O mundo avança! Os caminhos do progresso na cidade de Natal no início do século XX. In: Almir de Carvalho BUENO (org.), *Revisitando a história do Rio Grande do Norte*. Natal, EDUFRRN, p. 159-192.
- CARVALHO, José Murilo de. 1990. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 166 p.
- CATROGA, Fernando. 2005. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França, Portugal)*. Fortaleza, Edições NUDO-C-UFC; Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Ceará, 184 p.
- CATROGA, Fernando. 2006. *Entre deuses e césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra, Almedina, 512 p.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. 2017. “A casa da memória norte-rio-grandense”: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em História., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 589 p.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. 2009. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 172 p.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. 1997. Um olhar sobre o conti-

- nente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *Estudos Históricos*, **10**(20):217-230.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. 2007. *Da escola palatina ao sílogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro, Museu da República, 248 p.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, 1:5-27.
- MOTTA, Marly Silva da. 1992. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 129 p.
- NORA, Pierre. 1993. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, **10**:7-28.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1989. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, **2**(4):172-189.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. 2014. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revolução Pernambucana e Farroupilha – 1917 e 1935. *Revista Memória em Rede*, **4**(10):1-13.
- SANDES, Noé Freire. 2000. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia, Ed. da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 253 p.
- SOUZA, Itamar de. 2008. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal, EDUFRN, 293 p.
- SPINELLI, José Antônio. 2010. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*. Natal, EDUFRN, 87 p.

Submetido em: 06/08/2021

Aceito em: 22/10/2021